



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2025.0000385967

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1000970-24.2024.8.26.0266, da Comarca de Itanhaém, em que é apelante MAGDA DOS SANTOS CIPRIANO SANTANA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado BANCO BNP PARIBAS BRASIL S/A.

ACORDAM, em Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma V (Direito Privado 2) do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator(a), que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores CARLOS EDUARDO PACHI (Presidente sem voto), RUI PORTO DIAS E RICARDO PEREIRA JÚNIOR.

São Paulo, 22 de abril de 2025.

MARCOS DE LIMA PORTA

Relator

Assinatura Eletrônica

Apelação Cível nº 1000970-24.2024.8.26.0266

Apelante: Magda dos Santos Cipriano Santana

Apelado: Banco Bnp Paribas Brasil S/A

Comarca: Itanhaém

Voto nº 10.048

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO. Sentença de improcedência. Insurgência da autora. Cédula de crédito bancário. Encargos que não ultrapassam os limites da Instrução Normativa INSS/Press vigente à época da contratação. Instrução normativa do INSS impõe limitação de juros, não do Custo Efetivo Total – CET. Não comprovada a abusividade da taxa de juros nos demais contratos. Sentença mantida. Recurso improvido.

Trata-se de apelação interposta por Magda dos Santos Cipriano Santana contra sentença de fls. 238/240, cujo relatório aqui é adotado, que julgou improcedentes os pedidos formulados na inicial desta ação e condenou o autor ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, fixados

em 10% do valor da causa, ressalvada a assistência judiciária.

Inconformada, apela a autora requerendo a reforma da sentença, para que seja reconhecida a procedência de sua pretensão inicial.

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 268/276, oportunidade em que o apelado pugnou pela manutenção da sentença pelos seus jurídicos e legais fundamentos.

Recurso tempestivo e isento de preparo, ante a concessão da assistência judiciária à apelante (fl. 43).

Houve oposição ao julgamento virtual (fl. 281).

Esse é o relatório.

Conheço do recurso, pois presentes os requisitos legais.

No mérito, a insurgência não prospera.

Cuida-se de ação fundada em relação de consumo, ajuizada por Magda dos Santos Cipriano Santana em face de BNP Paribas S.A.

Alega a apelante, em síntese, que celebrou com a instituição financeira contrato de

empréstimo pessoal consignado e que o apelado fez incidir, no cálculo das prestações, encargos financeiros e contratuais abusivos e ilegais, que elevaram a cobrança de juros anuais a valores acima do máximo legalmente permitido. Requer a revisão das cláusulas contratuais que ensejaram a presente demanda e a condenação do apelado à restituição do indébito.

Inicialmente, quanto à alegação de advocacia predatória, verifico que o apelado argumenta que o mencionado escritório de advocacia já ajuizou diversas ações semelhantes.

Saliento que, embora o ajuizamento em massa de ações seja um dos critérios usados para verificação da prática de advocacia predatória, não há comprovação da existência de fraude ou de abuso do direito nas demandas propostas.

Ademais, conforme Enunciado nº 01 do NUMOPEDE, tem-se:

"Caracteriza-se como predatória a provocação do Poder Judiciário mediante o ajuizamento de demandas massificadas, qualificadas por elementos de abuso de direito ou fraude".

Nesse contexto, em não havendo comprovação de fraude ou de abuso do direito, não considero seja o caso de reconhecimento de advocacia predatória

Cinge-se a controvérsia, portanto, na existência ou não de abusividade na taxa de juros e sistema de amortização praticados.

Com efeito, da leitura dos autos é possível concluir que a apelante celebrou com o apelado contratos de empréstimo pessoal consignado. Da leitura do contrato nº 822279481, firmado em 30.01.2017, taxa de juros mensal: 2,34% custo efetivo total- CET mensal: 2,45% (fls. 200/206).

De início, de rigor salientar que se aplica ao presente caso o Código de Defesa do Consumidor, consoante entendimento consolidado na Súmula 297 do Colendo Superior Tribunal de Justiça.

Ainda, observo que a apelante tinha conhecimento das regras contratuais expressas nos instrumentos de fls. 200/206, para as quais aderiu livremente e de forma voluntária, sem que houvesse demonstração de qualquer vício de consentimento.

Nesse ponto, impõe-se reconhecer que a instituição financeira apelada cumpriu integralmente o disposto no artigo 52 do Código de Defesa do Consumidor, informando sobre o custo efetivo total aplicável ao negócio jurídico entabulado entre as partes.

Já no que concerne às taxas de juros aplicadas ao contrato firmado entre as partes, aplica-se o disposto na Súmula n.º 596 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual é admissível a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano.

Isso porque nas operações do Sistema Financeiro Nacional não se aplicam as limitações do Decreto n.º 22.626/1933 (Lei da Usura).

Além disso, a questão restou dirimida com a Súmula n.º 539 do Colendo Superior Tribunal de Justiça, que consolidou entendimento no sentido de que é permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.03.2000, desde que expressamente pactuada.

Este é o caso dos autos, conforme se infere dos documentos juntados.

Não obstante, embora o Código de Defesa do Consumidor se aplique ao presente caso, a estipulação de juros superiores a 12% ao ano, por si só, não representa abusividade, sendo necessária a comprovação do abuso, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

2. A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.061.530/RS, Relatora Ministra Nancy Andrichi, submetido a regime dos

recursos repetitivos, firmou posicionamento do sentido de que: a) as instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto nº 22.626/1933) - Súmula nº 596/STF; b) a estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% (doze por cento) ao ano, por si só, não indica abusividade; c) inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591, c/c o art. 406, do CC/2002, e d) admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, haja vista as peculiaridades do julgamento em concreto. (STJ. AgInt nos EDcl no AREsp 1797764/DF, RELATOR Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, 3ª Turma, j. 27/09/2021).

Nesse ponto, embora seja possível a limitação dos juros remuneratórios nos contratos de empréstimo consignado, nos limites impostos pela Instrução Normativa INSS/Press nº 28, de 16 de maio de 2008, é necessária a comprovação de que os encargos tenham ultrapassado os parâmetros estipulados na Instrução Normativa.

No caso dos autos, a Instrução Normativa do Instituto Nacional do Seguro Social INSS/PRES nº 1.016/2015, de 06 de novembro de 2015, incidente à época da contratação, limitou a taxa de juros ao patamar de 2,34% a.m.% ao mês para os contratos consignados em benefício previdenciário.

Nessa quadra, forçoso reconhecer que a taxa de juros aplicada ao contrato impugnado, a saber, 2,34% ao mês, respeita os limites previstos na

Instrução Normativa vigente à época da contratação.

Não se desconhece que o custo efetivo total da operação corresponde ao somatório de todos os encargos e despesas envolvidos na contratação.

Verifico, no entanto, que a instrução normativa do INSS impõe limitação de juros, não do Custo Efetivo Total – CET.

Ademais, conforme entendimento da jurisprudência, a expressão “Custo Efetivo” não se confunde com o “Custo Efetivo Total”.

Neste sentido são os precedentes deste Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo:

CONTRATO BANCÁRIO. Empréstimo consignado. Acolhimento da preliminar de inovação recursal quanto ao pedido de indenização por dano moral. Preliminares de ausência de dialeticidade recursal e inépcia recursal afastadas. Mérito. Art. 13, II da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008 com a redação dada pela Instrução Normativa nº 106/2020. Limite da taxa de juros remuneratórios em 1,80% ao mês que não se confunde com CET, pois este é definido pela Resolução nº 3517/2007 do Banco Central e abrange outras verbas. Limite normativo não violado no caso. Ação improcedente. Recurso desprovido na parte conhecida (Apelação Cível 1030100-12.2023.8.26.0196; Relator: Desembargador Guilherme Santini Teodoro; Órgão Julgador: Núcleo de Justiça 4.0 – Turma II; Data do Julgamento: 29.08.2024).

Ação revisional de contrato bancário. Empréstimo consignado. Instrução Normativa nº 28, do INSS, que limita a taxa de juros remuneratórios. Juros remuneratórios que não se confundem com o custo efetivo total (CET). Ausência, “in casu”, de violação da norma do INSS. R. sentença mantida. Recurso de apelação não provido. (Apelação Cível

1030478-08.2023.8.26.0506; Relator: Desembargador Roberto Mac Cracken;
22ª Câmara de Direito Privado; Data do Julgamento: 05/07/2024).

Nesse contexto, ainda, vejo que o contrato ajustado entre as partes é perfeito e acabado, foi firmado por pessoas capazes, não havendo, portanto, que se falar em nulidade ou modificação.

Assim, ausente a comprovação da abusividade, são válidas as taxas de juros pactuadas no contrato firmado entre as partes.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso interposto.

Diante do decidido, a verba honorária deverá ser acrescida de 1% (um por cento) a título de honorários recursais, pelo acréscimo de trabalho ao advogado da parte apelada na fase recursal, nos termos do art. 85 do Código de Processo Civil.

Para fins de acesso aos Egrégios Tribunais Superiores, fica reconhecido o prequestionamento de toda a matéria aduzida, sendo desnecessária a citação numérica dos dispositivos legais.

Atentem as partes, e desde já se considerem advertidas, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com efeitos infringentes lhes sujeitará à imposição da multa prevista



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

pelo artigo 1.026, §2º, do Código de Processo Civil.

MARCOS DE LIMA PORTA

RELATOR